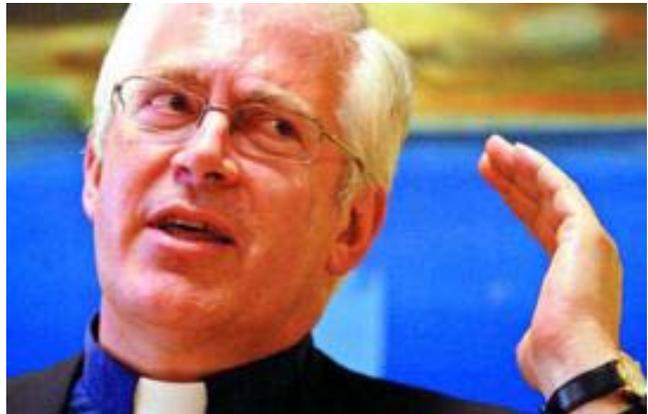


SOCIEDADE

Igreja acusa Governo de condicionar os media

JACINTA ROMÃO



O primeiro-ministro, José Sócrates, cedeu à pressão exercida pela hierarquia da Igreja Católica e vai receber os representantes da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), amanhã, quinta-feira. Mesmo assim, os bispos mantêm as críticas ao Governo. Ontem, no final do Conselho Permanente, em Fátima, o porta-voz da instituição, D. Carlos Azevedo, fez, várias acusações ao Executivo, entre elas a de condicionar a comunicação social como nunca se tinha visto.

"Sabemos que há problemas de falta de liberdade na comunicação que já se fazem sentir. Isto nunca se viu, sobretudo intervir no estatuto editorial dos meios de comunicação", disse, considerando tratar-se de "um atentado à liberdade de informação".

O bispo não se referia apenas aos meios de comunicação de inspiração cristã, ligados à Igreja Católica. A crítica tinha um âmbito mais vasto e colocava a tónica no desempenho do ministro da tutela, Augusto Santos Silva. Colocado perante as afirmações do bispo, o ministro respondeu ao DN que "o Governo não intervém, não pode nem quer interferir, nem no operador público nem nos privados porque isso seria ilegal e até inconstitucional".

Além disso, Santos Silva sublinhou que "os estatutos editoriais são da exclusiva responsabilidade dos respectivos órgãos de comunicação e que não há nas iniciativas legislativas do Governo qualquer forma de condicionamento nem intenção de o fazer".

Diário de Notícias 11-07-2007

O ministro fez mesmo questão de sublinhar que as afirmações do bispo são um exemplo de liberdade. "Está a exercer o seu direito à livre expressão, que existe em Portugal."

Quanto à acusação de D. Carlos Azevedo, em nome da hierarquia da Igreja, de que "há um preconceito [do Governo e em minorias aguerridas] contra a Igreja por falta de discernimento cultural", Santos Silva nega peremptoriamente. "Há até o reconhecimento do papel da Igreja que é decisivo nos campos espiritual e social."

As críticas de D. Carlos Azevedo visavam o atraso na regulamentação jurídica da Concordata, documento aprovado há já dois anos entre a Igreja e o Estado português. Entre muitos dos problemas que os bispos querem discutir com José Sócrates está este assunto que consideram da maior relevância para o seu relacionamento com o Estado.

O bispo entende que a causa deste atraso se deve "à mudança do elenco governativo logo a seguir ao acordo" assinado entre as partes. "Há aqui algumas falhas, talvez de diplomacia, por um lado, e , por outro, de desconhecimento dos mecanismos da Concordata", diz e admite, por isso, que este assunto tem sido esquecido, em favor da aplicação da lei da liberdade religiosa. Isto quando há um artigo na Concordata que afirma que a referida lei não se aplica à Igreja Católica. É, então, preciso "encontrar as vias de diálogo para que possa prosseguir a nova adaptação jurídica".

Já no que toca aos motivos que têm levado o Governo a "ignorar" as repetidas críticas e a "relutância" em ouvir a Igreja, de modo oficial, o bispo recusa-se a aceitar que a Igreja tenha feito um jogo de forças com o poder político e tenha forçado a audiência oficial de amanhã. D. Carlos Azevedo afirma contudo quem em sua opinião tem havido uma desatenção para com esta realidade, devido a uma mentalidade laicista que julga a igreja enfraquecida.